GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

GAMA, MAIO DE 2018

SUMÁRIO

	Página
1. Apresentação	**3**
2. Histórico	**5**
2.1. Caracterização da Escola	**7**
2.1.1. Identificação	**7**
2.1.2. Aspectos Físicos	**8**
2.1.3. Recursos Humanos	**9**
2.1.4. Recursos Materiais	**9**
3. Diagnóstico da Realidade	**10**
4. Função Social	**11**
5. Princípios	**12**
6. Objetivos	**15**
7. Concepções Teóricas	**16**
8. Organização do Trabalho Pedagógico.....	**19**
8.1. Calendário Escolar de Eventos	**20**
9. Estratégias de Avaliação	**22**
9.1. Projeto Interventivo	**26**
9.2. Reagrupamentos: Intra e Interclasse	**27**
10. Organização Curricular	**29**
11. Plano de Ação para Implantação do PPP	**32**
12. Acompanhamento e Avaliação do PPP	**34**
13. Projetos Específicos ……..……..……...:	**35**

- Plano de Ação da Gestão
- Plano de Ação Orientação Educacional – Nível Local 2018

- Projeto “Bem Estar e Consciência”
- Projeto Interdisciplinar II: Meio Ambiente “Escola Limpa”
- Projeto Interdisciplinar III: Xadrez
- Projeto Conversando sobre “Bullying”
- Projeto de Conscientização do Uso Sustentável da Água
- Educação para as Relações Étnico-Raciais – Compreendendo a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Projeto de Leitura e Escrita
- Conhecendo a nossa história ... Biblioteca José de Alencar

15. Referências …….. **100**

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico foi construído coletivamente, através de discussões com a comunidade escolar: direção, funcionários, pais, professores e alunos, sendo que em sua elaboração percebeu a importância de debater o que é relevante e o que de fato esteja de acordo com a realidade da escola, mas sem partir do pressuposto que a realidade existente deva continuar a mesma, pois esta é passível de transformações na escola e consequentemente na sociedade. O Projeto Político Pedagógico não se restringe apenas a um documento escrito e sim a um documento que determine o trabalho pedagógico, bem como a política da escola. Para se concretizar um trabalho de qualidade se faz necessário que exista um eixo gerador da escola dentro de um contexto que integre a comunidade para que se possa visar o objetivo principal no qual o aluno é essencial.

Ministrar o conhecimento através da aquisição de habilidade, competências e o uso de procedimentos para cada conteúdo a ser desenvolvido dentro da especificidade de cada área.

Esta proposta pedagógica tem como objetivo colocar em prática todo conteúdo teórico, utilizando a transversalidade, interdisciplinaridade dos temas, dentre os quais: o convívio social, dignidade humana, realidade de direitos, deveres e obrigações, educação moral, ética e respeito, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. O Projeto Pedagógico está em consonância com o Regimento Escolar, portanto faz com que as ações da comunidade escolar sejam praticadas de acordo com o que se aprimora dia a dia conforme as necessidades, sendo que a estrutura desta dinâmica está contida no Projeto Político Pedagógico.

Com a nossa ação pedagógica, visamos formar cidadãos qualificados, críticos e conhecedores do mundo que os rodeia, preparados para alcançarem uma vida melhor.

As propostas aqui expostas foram pautadas na escola como um todo, visando a melhoria e o aperfeiçoamento do corpo docente e discente. O Projeto Político Pedagógico deve ser alterado quando a equipe percebe que os princípios já não correspondem às suas aspirações (os objetivos iniciais foram alcançados ou precisam ser modificados), a clientela é outra (aconteceram mudanças na comunidade) ou o contexto escolar teve alterações.

2. HISTÓRICO

O Centro de Ensino Fundamental 08 do Gama, foi fundado em 06 de novembro de 1975, atendendo alunos do Ensino Fundamental da 5ª a 8ª série do ensino regular.

Com a definição como Centro de Ensino Fundamental, passou a atender da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Quando da sua fundação o CEF 08 atendeu com Centro de Ensino Especial, atendendo as todas as modalidades de alunos especiais.

A estrutura física, a falta de material didático, de transporte aos alunos com deficiência e a falta de um Supervisor Pedagógico são as maiores dificuldades enfrentadas pela escola.

Contamos hoje com a sala de recursos, quadra de esportes, auditório, espaço multiuso, exposições, passeios culturais, orientação educacional, curso de língua de sinais para professores. Estas são experiências bem sucedidas e que já fazem parte de nossa história.

Atualmente foi implementado no Centro de Ensino Fundamental 08 do Gama, a organização escolar em ciclos, essa forma de organização escolar está respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, em seu artigo 24, e pelo Parecer nº 251/2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). Logo, o 3º Ciclo para as Aprendizagens pretende aprimorar constantemente os processos de ensinar, aprender e avaliar, tendo como princípio basilar a garantia das aprendizagens para todos os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. A organização escolar em ciclos apresenta outra

sistematização para os espaços e tempos escolares com vistas às aprendizagens. No bojo dessa proposta, ganham relevância a avaliação formativa e a reorganização do trabalho pedagógico, que devem realizar-se coletivamente com, entre e para os sujeitos envolvidos na ação educativa. O trabalho pedagógico, na lógica dos ciclos, fundamenta-se na concepção de currículo integrado e de educação integral e na valorização do trabalho interdisciplinar na construção do conhecimento, considerando as múltiplas inteligências e os diversos contextos socioculturais em que os estudantes estão inseridos. Sendo assim, atendemos a 28 turmas, totalizando 859 alunos, sendo 14 turmas no matutino, com quantitativo de 448 alunos (8º e 9º ano) e 14 turmas no vespertino, com quantitativo de 411 alunos (6º e 7º ano). A escola oferece atendimento em sala de recursos aos alunos com necessidades especiais, com foco principal nos alunos com deficiência auditiva (DA) e ainda atendendo outras modalidades de deficiência, tais como: DF (Deficientes Físicos), DI (Deficientes Intelectuais), esses alunos são atendidos pela sala de recursos generalista e atendemos também alunos TDAH (Déficit de Atenção e Hiperatividade), DPAC (Distúrbio do Processamento Auditivo Cerebral).

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Secretária de Estado de Educação e Esportes do Distrito Federal
CNPJ: 00.394.676/0001-07
Endereço: Anexo ao Palácio do Buriti – 9º andar
Telefone/FAX/e-mail: (61) 3224-0016/3225-1266 FAX: (61) 3213-6360
E-mail: se@se.df.gov.br
Data da Fundação: 17/06/1960
Presidente: **Júlio Gregório Filho** (Secretário de Educação e Esporte)

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

2.1.1. Identificação

- **Centro de Ensino Fundamental 08 do Gama**
- **Endereço:** Quadra 02 Área Especial 02 s/nº – Setor Sul – Gama – DF
- **Telefone:** (61) 3901-8321
- **Mantenedora:** Secretaria de Educação do Distrito Federal
- **Data de Fundação:** 06 de novembro de 1975
- **Curso oferecido:** 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Incluindo o Ensino Especial para alunos com deficiência auditiva, mental e física.
- **Relação oferta x demanda:** A demanda é notoriamente maior que a oferta.
- **Diretor:** Jamielton Braulino de Amorim
- **Vice-Diretor:** Wilson Tiago Costa
- **Supervisor Administrativo:** Rosângela Elvira Dias Corrêa
- **Superviso Pedagógico:** Escola não conta com Supervisor Pedagógico
- **Coordenadores:**

  Cristiane Alves de Lima

  Dalci Gomes Amorim

  Elmo Lúcio Alves Rocha

  Simone Ponte Pereira Brito

2.1.2. Aspectos Físicos

- Salas de aula: **14**
- Laboratório de informática: **01**
- Biblioteca: **01**
- Sala de professores / Coordenação: **01**
- Sala de Coordenação (Sala reduzida adaptada para coordenação): **01**
- Sala Supervisão Administrativa (reduzida): **01**
- Sala de direção (reduzida): **01**
- Sala de mecanografia: **01**
- Sala de recursos para alunos DAs: **01**
- Sala de recursos para alunos Generalistas: **01**
- Almoxarifado: **01**
- Cozinha: **01**
- Banheiros para funcionários: **02**
- Banheiros para alunos: **02**
- Área disponível: 01 pátio coberto, quadra de esportes e auditório precários.
- Banheiro de deficiente físico.
- Espaço cultural (Barraca de encontros e reuniões). Capacidade para 100 pessoas.

2.1.3. Recursos Humanos

- Diretor
- Vice-diretor
- Supervisor Administrativo
- Chefe de Secretária
- Orientadora Educacional
- Professores e funcionários

2.1.4. Recursos materiais

- Aparelho de TV à cores: **03**
- Microcomputadores: **22**
- Aparelho de DVD: **04**
- Máquina copiadora: **01**
- Aparelho de som: **04**
- Xadrez gigante: **01**
- Microfone: **02**
- Data Show: **07**

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A escola atende no turno matutino (alunos do 8º e 9º anos) e no turno vespertino, alunos do 6º e 7º Ano, com a faixa etária entre nove e dezesseis anos. Os alunos do 6º ano são oriundos das Escolas Classe 07, 09 e 17, que tem o CEF 08 como sequencial. A grande maioria dos alunos moram nas proximidades da escola. Atualmente a escola atende um quantitativo de 842 alunos. Por sua localização próxima à rodoviária do Gama, a escola é atrativa para alunos provenientes do entorno do Distrito Federal.

A escola atende aos alunos portadores de deficiência auditiva do 6º ao 9º ano, sendo atendidos em sala de aula por professores intérpretes, contando ainda com sala de recursos. Por ser uma escola inclusiva os alunos portadores das mais diversas deficiências e ou síndromes, dentro das possibilidades da escola, para tanto os alunos contam quando necessário, de cuidadores e sala de recursos generalista.

A escola possui profissionais readaptados /restrição de função que exercem atividades relacionadas ao concurso prestado, são eles:

Matrícula	Nome	Atividade desenvolvida
23583-0	Marcelo Alves Brito	Sala de leitura
300136-9	Simone Ponte Pereira	Coordenadora local
33366-2	Marcelo Albuquerque de Souza	Laboratório de Informática
25997-7	Geysa Cristina da Silva Barros	Laboratório de Informática
33994-6	Marili Maria Celso	Sala de leitura
31862-0	Maira Mirtes Costa Chaves	Sala de leitura
39982-5	Margarida Maria Coelho Dall'Astta	Apoio à Direção

4. FUNÇÃO SOCIAL

A função social da escola tem como missão indicar sua finalidade de acordo com a proposta curricular vigente deixando claro às seguintes indagações:

A escola existe para dar segmento para a educação que as crianças (alunos) na maioria das vezes recebem de suas famílias em casa. Dando a formação intelectual crítica ao estabelecimento dos valores sociais e humanos.

O principal objetivo da escola é chegar a formar consciências críticas e atuantes em uma sociedade na qual ela existe; observando as transformações sociais, políticas e econômicas que requerem a formação do aluno como cidadão para conviver e ser útil à sociedade.

5. PRINCÍPIOS

No âmbito socioeducativo, instituições são ambientes em que sujeitos buscam sua formação de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação.

Assim, os fins e princípios norteadores, foram definidos em consonância com as diretrizes emanadas da Constituição Federal e LDB vigentes, conforme segue:

A educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais e sociais.

A educação básica é direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania de forma a ser promovida não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas em perspectiva de continuidade entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial.

Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum são valorizados na prática pedagógica como norteadores que são da vida cidadã.

A vivência do processo educativo tem como objetivo propiciar ao cidadão condições de responder positivamente as grandes necessidades contemporâneas de aprendizagem: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a

ser, em conformidade com o relatório Delors, publicado em 1996.

Os valores estéticos, políticos e éticos, organizados sob as premissas básicas da sensibilidade, da igualdade e da identidade, essenciais à formação integral do aluno, permeiam a organização curricular, as relações interpessoais, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de todo o trabalho docente, discente, gestor e administrativo.

A flexibilidade teórica e metodológica, o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos essenciais na definição da política pedagógica adotada.

O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendem às necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos, direito à equidade, igualdade de oportunidades educacionais independentemente dos comprometimentos que possam apresentar, respeito à dignidade humana, direito à liberdade aprender e expressar-se e ter o direito de ser diferente. Dessa forma, incentiva a maior participação de todos, inclusive da família, promovendo ação que levem ao cumprimento de metas do compromisso de todos pela educação.

Os princípios norteadores enunciados têm como foco de atuação: aprendizagem, formação de professores e gestores, gestão compartilhada, educação integral, avaliação institucional. O primordial será a formação de cidadãos críticos, conscientes e úteis à sociedade.

O conhecimento abrange todo conteúdo, logo o conhecimento como fundamentação para alcançar a cidadania plena. A ampliação do conhecimento deverá proporcionar a independência e a qualidade de vida esperada para o indivíduo.

O aluno deverá compreender as diversas linguagens, através de provocações dentro da sua realidade, utilizando-se as diversas ferramentas para o aprendizado a disposição do discente. O envolvimento da equipe docente, da família e toda comunidade escolar, devem promover o contínuo estímulo ao aprendizado.

A comunidade escolar se reunirá ordinariamente para tratar da vida escolar, a fim de estabelecer prioridades e apontar caminhos para a boa gestão da escola. Entender os problemas e desafios faz parte concreta da solução destes últimos.

Para que tal proposta se torne possível é necessária a presença constante de mediadores capazes de compreender e intervir nos conflitos intra e extra escola. No CEF 08 do Gama, este papel é desempenhado por coordenadores pedagógicos e pela orientadora educacional. Tendo em vista que a atual política de pessoal da SEEDF não contou com Supervisor Pedagógico, o que é deveras danoso ao bom funcionamento desta UPE.

6. OBJETIVOS

Todo o conteúdo a ser aplicado é fruto de pesquisa e planejamento tendo como fulcro o currículo básico em vigor. A escola objetiva oferecer as condições físicas, materiais, pedagógicas e políticas para o bom desenvolvimento da atividade docente. Aos discentes o melhor ambiente possível dentro do limitante financeiro e estrutural da escola, a fim de que possam absorver de forma eficiente o conhecimento a eles oferecido.

A escola existe para dar segmento para a educação que as crianças (alunos) na maioria das vezes recebem de suas famílias em casa. Dando a formação intelectual crítica ao estabelecimento dos valores sociais e humanos.

O principal objetivo da escola é chegar a formar consciências críticas e atuantes em uma sociedade na qual ela existe; observando as transformações sociais, políticas e econômicas que requerem a formação do aluno como cidadão para conviver e ser útil à sociedade.

7. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A elaboração do projeto político-pedagógico precisa contemplar a missão, a clientela, dados sobre aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas, plano de ação da escola.

Por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão.

O Projeto Político Pedagógico é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e, por isso, deve propor alterações na organização do trabalho pedagógico da escola, contemplando as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, num processo permanente de reflexão e discussão de seus problemas, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade que também é política, ou seja, envolve opções que não são neutras (Veiga, 1996).

A escola reflete contradições características da sociedade em que está inserida. As ações pedagógicas praticadas em seu interior são marcadas por conflitos e desafios que, quando diagnosticados, debatidos e estudados por todos, ampliam as alternativas para a implementação de mudanças que tornam a escola mais democrática.

Isto requer tomar como fundamento teórico pedagogias transformadoras que, inseridas na prática social concreta, realizam a mediação entre o individual e o coletivo, oportunizando a inserção da escola na totalidade social de que faz parte. Por isso, o trabalho escolar, concebido, refletido, desenvolvido e avaliado numa perspectiva crítica, centra-se nas questões sociais e coletivas (SEEDF,2014).

Para garantir a participação dos diferentes sujeitos sociais, convidamos todas e todos para, juntos nos inserirmos nos movimentos necessários à construção do Projeto Político-Pedagógico como instrumento de emancipação e organização do trabalho da Escola, que tem na Coordenação Pedagógica o lócus primordial de sua concepção, acompanhamento e avaliação.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político pedagógico – o famoso PPP. Logo, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

- É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia – aquele que índica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, dizem os especialistas, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos:

- Missão

- Clientela
- Dados sobre a aprendizagem
- Relação com as famílias
- Recursos
- Diretrizes pedagógicas
- Plano de ação

O Projeto Político Pedagógico se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos.

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

É importante ressaltar que a implementação da organização escolar em ciclos não implica somente na substituição de uma terminologia, mas, de fato, a construção de uma prática que promova as aprendizagens, não como privilégio de alguns, mas como direitos de todos, é preciso oferecer aos estudantes diversas estratégias didático-pedagógicas, como possibilidades de sucesso em sua escolarização. No entanto, prescrever estratégias em si não garante um resultado positivo; é preciso observar as características dos estudantes, seus contextos, necessidades; é preciso buscar a estratégia mais adequada a ser utilizada e dentro de um tempo pontual, o que não impede que outras tentativas sejam feitas, concomitantemente ou em tempos diferentes (SEEDF, 2014).

Nesse sentido, a organização do trabalho pedagógico deve ser assumida como prática de reflexão crítica, diagnóstico e de tomada de decisões, registrada no PPP da escola (a organização curricular, o plano de ação) e nos planos de aula. O planejamento imprime qualidade ao trabalho pedagógico escolar a partir do momento em que aponta com clareza onde se quer chegar, levanta questionamentos e indica caminhos. “Uma das funções mais importantes do planejamento é assegurar a unidade e coerência do trabalho pedagógico da escola como um todo e o de cada turma em particular” (VILLAS BOAS, 2004, p. 95).

A integração curricular pode ocorrer por meio de temas, problemas ou questões que emergem, tanto do contexto social no qual os estudantes e profissionais estão inseridos, quanto dos conteúdos propostos, conforme Orientações Gerais sobre a Organização Curricular da Escola (SUBEB, 2014). O detalhamento do planejamento da unidade didática é feito por meio de diferentes modalidades de organização do trabalho pedagógico, tais como sequências e projetos didáticos.

Assim, as sequências didáticas constituem detalhamento do planejamento da unidade didática e podem ser desenvolvidas em uma ou mais aulas para trabalhar um conteúdo específico (exemplo: gênero textual) ou um tema, seguindo uma lógica que contemple as etapas da didática proposta pela Pedagogia Histórico-Crítica.

Enfim, os projetos didáticos que levam à construção da autonomia e da corresponsabilidade requerem um trabalho pedagógico integrado que rompa com conteúdos e atividades estanques, possibilitando processos que permitem a reflexão crítica e a investigação. O trabalho com projetos apresenta-se como aliado do processo de reorganização dos tempos e espaços no 3º Ciclo, quando possibilita o planejamento coletivo com a participação de todos os envolvidos no processo e, em consequência, a abordagem de temas de interesse comum (SEEDF/2014).

8.1. CALENDÁRIO ESCOLAR DE EVENTOS 2018

- 05/02 a 09/02 Semana Pedagógica.
- 15/02 – Início das aulas (acolhida dos alunos e apresentação dos professores).
- 05 a 09/03 Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital nº 5.714/2016).
- 19 a 23/03 Semana da Conscientização do Uso Sustentável da Água nas UE/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013).
- 21/03 Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia Letivo Temático
- 23/03 Fórum Mundial da Água
- 07 a 11/05 Semana de Educação para Vida (Lei Federal nº 11.998/2009).
- 09/05 Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia Letivo Temático.

- 03/06 Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei Federal nº 12.633/2012).
- 05/06 Olimpíada da Matemática/Dia Letivo Temático.
- 09/07 Término do 1º Semestre.
- 26/07 Início do 2º Semestre.
- 08/08 Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia Letivo Temático.
- 11/08 Dia do Estudante.
- 17/08 Dia do Patrimônio Cultural (Lei Distrital nº 5.080/2013).
- 19/08 Dia da Cultura Digital.
- 25/08 Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº 4.681/2011).
- 03 a 07/09 – Semana da pátria.
- 21/09 – Dia mundial de luta das pessoas com deficiência. Lei 11.133/2005.
- 08 e 11/10 Semana da criança.
- 20/11 Dia nacional da consciência negra. Lei 10.639/2003.
- 20/11 Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia Letivo Temático.
- 20/12 Término do ano letivo.
- 21/12 Avaliação final.

9. ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo que viabiliza a aprendizagem, não deve ser uma via de mão única, na qual somente o aluno é visto. Ela deve ser foco do desenvolvimento de competências, sendo parâmetro para todo processo.

Segundo Luckesi (2000, p.28), importa estarmos cientes de que a avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, trazido em prática pedagógica.

A avaliação atrela-se ao trabalho da escola fundamental cujo propósito primordial é propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado:

- Aprender a ler e escrever, primeira exigência para o acesso ao saber elaborado.

- Papel das práticas avaliativas, favorecer esse processo, colocando o aluno em contato permanente com a leitura e a escrita.

A avaliação será feita de forma contínua levando em consideração o ritmo próprio de cada aluno, dando pesos iguais às partes quantitativas e qualitativas, deverá ser diversificada, utilizando vários instrumentos de forma dirigida ou espontânea como a

observação do aluno em sala de aula, sua participação, relatórios, questionários, pesquisas, entrevistas, portfólios, avaliação por colegas, auto-avaliação, registros reflexivos, testes/provas entre outras.

A recuperação deve ser continuada, inserida no processo de ensino e aprendizagem no decorrer do ano letivo, assim que identificado o baixo rendimento do aluno valendo-se de mecanismos diversificados onde algumas práticas de ensino individualizado possibilitarão um atendimento mais específico para que o aluno alcance sua meta.

A recuperação continuada não pressupõe a realização de provas específicas com a finalidade de alterar as notas já obtidas, más determinar os domínios das habilidades, competências e conteúdos para a análise final de resultado no componente curricular.

A recuperação final será realizada após o término do semestre/ano letivo, para o aluno que não obteve aproveitamento em até três componentes curriculares, exceto para os alunos de classe de aprendizagem e para os alunos do Ensino Fundamental – anos iniciais.

A recuperação final não se aplica a aluno retido a um ano do componente curricular do seguimento em razão de frequência inferior a 75%(setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, semestrais ou anuais.

O aluno é promovido quando, após a recuperação final, obtiver em cada componente curricular nota igual ou superior a 5,0 (cinco). Assim, a nota da recuperação final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior. Caso não haja o comparecimento do aluno para a recuperação final, o aluno será considerado reprovado.

É adotado o regime de dependência que assegura ao aluno prosseguir os estudos no ano imediatamente subsequente, quando o aproveitamento do aluno for insuficiente em até dois componentes curriculares.

A opção pelo regime de dependência é facultativa pelos pais ou responsáveis pelo aluno. No prazo legal após a divulgação dos resultados finais do ano letivo. A progressão parcial com dependência não se aplica ao aluno retido em um ano em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas.

A dependência é desenvolvida mediante aulas regulares, estudos orientados, cursos paralelos na própria instituição educacional, na forma da legislação específica vigente. O aluno em dependência poderá ser dispensado de seu cumprimento, mediante aproveitamento de estudos feitos a partir de documentação escolar, que comprove a conclusão do componente curricular em dependência em estabelecimento de ensino fundamental devidamente registrado.

Independentemente do resultado obtido nos estudos de dependência, o aluno deverá ser promovido para o ano seguinte aquele que está cursando, se nele evidenciar desempenho satisfatório no componente curricular alvo da dependência.

O aluno que apresentar desempenho insatisfatório na dependência e no ano letivo em que está matriculado, no mesmo componente curricular, ficará retido naquele ano todo. Assim, o resultado da dependência é registrado em ata própria, ficha individual do aluno e no histórico escolar.

A escola em Ciclos para as Aprendizagens propõe, como um dos pilares de sua organização, a avaliação formativa, cujo objetivo é a melhoria das práticas educativas e sua constante qualificação, possibilitando identificar problemas e encontrar soluções. A

avaliação é, então, processual, contínua e diagnóstica.

A avaliação diagnóstica é uma das funções da avaliação. É a que se antecipa às demais e pode promover ações formativas, se considerados e respeitados os elementos que ela pode fazer emergir. Se avaliar é uma estratégia de pesquisa, a avaliação diagnóstica é a motivação para a coleta dos dados (SEEDF, 2014). Logo, esse tipo de avaliação deve ocorrer sempre que necessário e serve para identificar e analisar as aprendizagens existente ou a falta delas.

A avaliação será feita de forma contínua levando em consideração o ritmo próprio de cada aluno, dando pesos iguais às partes quantitativas e qualitativas, deverá ser diversificada, utilizando vários instrumentos de forma dirigida ou espontânea como a observação do aluno em sala de aula, sua participação, relatórios, questionários, pesquisas, entrevistas, portfólios, avaliação por colegas, auto-avaliação, registros reflexivos, testes/provas entre outras.

O registro de avaliação dos anos finais do ensino fundamental será emitido por meio eletrônico quando do preenchimento do diário e da ficha de acompanhamento do desempenho de cada estudante.

No Ciclo, o estudante poderá ser retido nos Anos Finais por não evidenciar as aprendizagens necessárias nos 7º e 9º anos, todavia no caso de as faltas extrapolarem o percentual estabelecido pela legislação brasileira, 25% (vinte e cinco por cento), haverá retenção em todos e quaisquer anos do Ensino Fundamental (SEEDF, 2014).

9.1. PROJETO INTERVENTIVO

Segundo VILLAS BOAS, 2010, p. 35:

O Projeto Interventivo apresenta características próprias, são elas: a) é contínuo por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém temporário no atendimento aos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagens que requerem atendimento específico; b) é diversificado e atualizável, evitando a padronização e repetição de atividades; c) deve considerar o processo de desenvolvimento dos estudantes; d) é prática colegiada, pois toda equipe pedagógica da escola deve envolver-se no planejamento e realização do projeto. A equipe envolvida desenvolve atividades com os estudantes das turmas, de acordo com as dificuldades surgidas, o momento em que são realizadas e os recursos humanos e materiais disponíveis.

Como o Projeto Interventivo é de desenvolvimento contínuo, mas não atende ao mesmo grupo de estudantes durante todo o ano, periodicamente é analisado pelos profissionais envolvidos, a partir das informações coletadas durante sua execução. No caso da nossa escola organizada em ciclos, esse pressuposto se acentua, uma vez que a progressão continuada para as aprendizagens dos estudantes, princípio básico dessa sistemática de organização, constitui "[...] um recurso pedagógico que, associado à avaliação formativa, possibilita o avanço contínuo dos estudantes de modo que não fiquem presos a grupo ou turma, durante o mesmo ano letivo" (VILLAS BOAS, PEREIRA, OLIVEIRA, 2012). Portanto, organizar o trabalho pedagógico incluindo estratégias bem planejadas para o uso qualificado dos espaços e tempos escolares, como é o caso do Reagrupamento e do Projeto Interventivo, caracteriza-se como uma dimensão muito importante na organização escolar em ciclos.

9.2. REAGRUPAMENTOS: INTRA E INTERCLASSE

Conforme consta na Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Educação, art. 27, § 2º, prevê a mobilidade e a flexibilidade dos tempos e dos espaços escolares e a diversidade no agrupamento de estudantes. Os Reagrupamentos constituem estratégia pedagógica que permite agrupar os estudantes de acordo com suas dificuldades e potencialidades a fim de promover o avanço contínuo das aprendizagens. Deve ser uma atividade intencional e planejada, sistematicamente. Possibilita a mediação entre pares, pois os estudantes auxiliam uns aos outros, na socialização de saberes e experiências.

Os Reagrupamentos não buscam a homogeneidade, mas a necessidade de diferenciação e individualização de práticas voltadas às reais necessidades dos estudantes. A avaliação formativa é imprescindível nesse processo, uma vez que é por meio dela que ocorre o diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes e a adoção de estratégias em prol de seu avanço (SEEDF, 2014).

Assim, o Reagrupamento intraclasse, como o próprio nome indica, consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, durante o horário das aulas, de acordo com suas dificuldades de aprendizagem ou suas potencialidades. Em determinados momentos, as atividades podem ser as mesmas para todos os grupos, isto é, todos têm o mesmo desafio a desenvolver. Em outros, a atividade pode ser a mesma para todos, porém com comandos diferenciados, conforme o processo de aprendizagem de cada grupo. Há ainda situações em que cada grupo receberá um desafio diferente. O que determina a opção pela forma de organização dos grupos, pela periodicidade de realização e ou pelo trabalho que será desenvolvido é o diagnóstico das necessidades e possibilidades de aprendizagem realizado pelo professor, a partir do qual serão estabelecidos os objetivos e as estratégias didáticas a serem desenvolvidas. É importante considerar que o tempo das atividades previstas para os diferentes grupos deve oportunizar o

desenvolvimento de potencialidades no ritmo próprio dos componentes do grupo.

E o Reagrupamento interclasse é uma dinâmica que enriquece e alarga as experiências estudantis e docentes por meio do diálogo entre as turmas. Esse Reagrupamento prevê a formação de grupos de estudantes, organizado entre as turmas do 3º Ciclo, independentemente do bloco ou ano em que o estudante esteja matriculado, a partir de necessidades e possibilidades diagnosticadas.

Vale ressaltar que o Reagrupamento interclasse não implica a formação de novas turmas: os estudantes continuam registrados nos Diários de Classe em suas turmas de origem. Uma das vantagens dessa modalidade de Reagrupamento é o fato de propiciar ao professor percepções diversas sobre os estudantes, fortalecendo a interlocução entre os professores envolvidos e tornando-os corresponsáveis pelas aprendizagens de todos os estudantes (SEEDF, 2014).

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) organiza-se em torno da constituição da educação integral, pois objetiva a formação do ser humano em relação à diversidade e a suas múltiplas dimensões de forma emancipatória. Além disso, a prática didático-pedagógica se sustenta a partir dos eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade, permeando os conteúdos de forma articulada e interdisciplinar.

O Currículo propõe ainda eixos integradores para os anos 15 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO 3º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS finais do Ensino Fundamental: Ludicidade e Letramentos, com o entendimento de que eixo é algo que sustenta, apoia e integra, pois ao mesmo tempo em que articula entre si, é articulador dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem, buscando a proficiência leitora e escritora a partir dos letramentos, envolvidos pela ludicidade. Esses eixos nos remetem à necessidade de integração e progressão curricular como fundamentais à Organização do Trabalho Pedagógico nos ciclos.

É essa organização que proporá intervenções didáticas em atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes. Como mediador do processo de ensino e de aprendizagem, cabe ao professor desenvolver procedimentos que permitam estabelecer interação com e entre todos os estudantes. Nesse sentido, é oportuno considerar as contribuições da Sociolinguística ao pensamento pedagógico, especificamente sua ênfase no estudo das variedades linguísticas, que fornece ao professor referências teóricas para acolher as diferentes formas de falar e os saberes múltiplos que os estudantes trazem para a escola.

Ao ver-se respeitado em sua expressão, o estudante percebe-se como sujeito de linguagem e possuidor de saberes que, articulados à aquisição de conhecimentos formais, constituem uma teia dialógica e rica de aprendizagens. A prática social compartilhada eminentemente por meio da linguagem é o ponto de contato entre os dois componentes essenciais do processo de ensino-aprendizagem: o professor e o estudante. Repensar a ação pedagógica incorporando os mais variados recursos, como imagem, som e movimento, envolvidos pela ludicidade, é uma forma de tornar significativos espaços tempos de formação; a aula mais interativa atrai os estudantes, o que possibilita um maior desenvolvimento, que vai além da 16 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO 3º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS dimensão cognitiva. É nesse cenário que a Pedagogia Histórico-Crítica alcança seu potencial crítico e libertador das consciências e afirma a possibilidade da escola como espaço de reflexão na ação.

I. Através de coordenações integradas, onde os professores discutirão e planejarão atividades que desenvolvam a interdisciplinaridade.

II. Montagem de projetos que visem a interdisciplinaridade e o aproveitamento de conceitos preexistentes.

- Filmes
- Passeios recreativos e culturais
- Palestras
- Feiras culturais
- Peças teatrais
- Interpretação de músicas

III. Momento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, analisando os desafios encontrados e propondo soluções. Internalizando e aculturando os êxitos.

IV. Desenvolvimento de atividades socioculturais envolvendo situações que desenvolvam as habilidades para a solução de problemas no dia a dia da vida escolar. Para tanto os jogos, as gincanas, os desafios intelectuais, festivais culturais e as ações comunitárias se prestam de forma bastante eficiente.

11. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Este documento foi construído coletivamente, através de discussões com a comunidade escolar: direção, funcionários, pais, professores e alunos, sendo que em sua elaboração percebeu a importância de debater o que é relevante e o que de fato esteja de acordo com a realidade da escola, mas sem partir do pressuposto que a realidade existente deva continuar a mesma, pois esta é passível de transformações na escola e consequentemente na sociedade.

O Projeto Político-Pedagógico, construído coletivamente, fortalecerá as escolas em busca do cumprimento de sua função social de garantir o acesso aos conhecimentos sistematizados ao longo da história da humanidade em articulação com os diferentes saberes construídos pelos sujeitos em espaços sociais diversos. Por isso, perguntar qual a função social da Escola numa sociedade onde circulam múltiplos saberes é, no mínimo, fundamental. É uma questão que deve permear todos os espaços-tempos da escola, em especial os da Coordenação Pedagógica.

Iniciar a discussão do Projeto Político-Pedagógico analisando a função social da Escola na sociedade atual favorece a compreensão do sentido de sua existência secular, como instituição formal de educação de crianças, jovens e adultos.

Ao mesmo tempo, discutir a função social da escola nos remete a pensar ainda nosso papel como profissionais da educação; sobre que projeto de educação, de formação e de sociedade defendemos cotidianamente, no exercício de nosso trabalho.

O planejamento da metodologia e sua apresentação, bem como a constituição de comissão organizadora compõem etapa preliminar importante para a sensibilização de todos para o trabalho coletivo de construção do PPP e resulta em credibilidade e

conquista.

As reuniões para debates, estudos e encaminhamentos para o PPP foram realizadas em diversos momentos, sendo as coordenações pedagógicas um dos principais, tanto nos dias destinados aos encontros coletivos, como nos outros dias que poderão ser utilizados para discussão em pequenos grupos (anos/séries/blocos/ciclos e áreas do conhecimento).

À medida que o grupo realizou as discussões e tomou as decisões, a comissão organizadora sistematizou as ideias, produzindo o Projeto Político-Pedagógico. Logo, a comissão organizadora fez, então, a finalização da versão final do PPP, contemplando as sugestões. Vale destacar que a elaboração desse documento foi de responsabilidade de todos, não ficando somente a cargo da comissão organizadora.

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico deve ser alterado quando a equipe percebe que os princípios já não correspondem às suas aspirações (os objetivos iniciais foram alcançados ou precisam ser modificados), a clientela é outra (aconteceram mudanças na comunidade) ou o contexto escolar teve alterações.

O acompanhamento do projeto se dará em todos os momentos de planejamento das ações administrativas e pedagógicas, de forma que no início de cada ano letivo deve se elaborar o Plano de ação, definindo as ações a serem executadas no referido ano letivo.

Cabe à direção e a Coordenação Pedagógica da escola a responsabilidade de articular e proporcionar momentos para reflexão e implementação do PPP, seja nos encontros específicos com professores e professoras ou nos momentos que exigem a participação de toda a comunidade escolar.

A avaliação acontece no final da realização de cada ação, envolvendo estudantes, professores, coordenação pedagógica e direção da escola e no início de cada ano letivo acontece uma avaliação sistemática com a participação de toda a comunidade escolar para avaliar se os objetivos e metas definidos foram alcançados no ano anterior e apresentar propostas para a realimentação e execução do Projeto Político Pedagógico no ano em curso.

13. PROJETOS ESPECÍFICOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

Plano de Ação da Gestão

2018

- **Diretor:** Jamielton Braulino de Amorim
- **Vice-Diretor:** Wilson Tiago Costa
- **Supervisor Administrativo:** Rosângela Elvira Dias Corrêa
- **Coordenadores:**

Cristiane Alves de Lima

Dalci Gomes Amorim

Elmo Lúcio Alves Rocha

Simone Ponte Pereira Brito

Plano de Ação da Gestão

1- Dimensão:

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político pedagógico – o famoso PPP. Logo, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

- É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia – aquele que índica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos.

2- Problemas e desafios:

Prevenção ao uso de drogas;

- Diminuir o índice de reprovação no Ensino Fundamental;
- Formação Continuada para professores da e 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental;
- Diagnóstico no Ensino Fundamental;
- Fortalecer a relação entre escola/família;
- Fortalecer o ensino inclusivo;

- Projetos de intervenção (para garantir o ensino aprendizagem de qualidade);
- Reavaliar o sistema avaliativo (para avaliar com objetivo voltado para ação-reflexão-ação, para garantir um processo avaliativo justo).

3- Ações:

a) Envolver os pais nas atividades realizadas na escola;

Promover gincanas culturais e esportivas;

Realizar palestras envolvendo os temas: drogas, DSTS, segurança, doenças epidemiológicas;

Projetos de ensino envolvendo os pais;

Realizar exposições das atividades realizadas com os alunos, em reuniões e nos conselhos de classe.

b) Incentivar o resgate dos valores morais;

Promover momentos de reflexão, tendo como apoio os equipamentos tecnológicos;

Trabalhar com filmes e músicas que desperte o respeito mútuo;

Promover trabalhos de campos, que evidencie as consequências de atitudes indisciplinadas e/ou infracionárias;

c) Elevar a qualidade do ensino aprendizagem;

Realizar projetos envolvendo as datas cívicas e comemorativas, com temas de acontecimentos emergenciais conforme a necessidade do momento;

Promover gincanas na área de matemática;

Participar dos programas direcionados pelo MEC;

Promover grupos de estudo com o corpo docente;

Envolver professores e alunos em atividades culturais extra às atividades de rotina escolar;

Realizar diagnósticos e análises de dados do desempenho acadêmico;

Promover projetos de leitura, escrita e cálculos;

d) Aplicar corretamente o sistema de avaliação;

Informar os pais ou responsável, o método de avaliação que será aplicado em cada

bimestre;

e) Trabalhar com toda a comunidade escolar conceitos de respeito. Disciplina, responsabilidade, ética, amor ao próximo e outros;

Abordar os temas transversais;

Promover momentos de reflexão e palestras educativas que possam contribuir com a conscientização da comunidade escolar;

Aplicar dinâmicas de grupo;

Utilizar vídeos;

Desenvolver projetos relacionados à ética, disciplina, responsabilidade e respeito mútuo.

f) Promover eventos educativos e recreativos;

Promoção de eventos educativos por ocasião de datas cívicas e comemorativas relacionados ao: Meio Ambiente, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Folclore, Dia do Estudante, Independência do Brasil, Dia das Crianças, Aniversário de Cachoeira Dourada, Dia dos Professores, Natal; através de: Teatros, Excursões Culturais, Gincanas, Olimpíadas, Feira Cultural, Mostra Científica e Folclórica, Comemorações e Exposições de trabalhos em todas as áreas do conhecimento.

g) Projetos que serão desenvolvidos na escola:

Plano de Ação Orientação Educacional – Nível Local 2018;

Projeto “Bem Estar e Consciência”;

Projeto Interdisciplinar II: Meio Ambiente “Escola Limpa” ;

Projeto Interdisciplinar III: Xadrez ;

Projeto Conversando sobre “Bullying”;

Projeto de Conscientização do Uso Sustentável da Água ;

Educação para as Relações Étnico-Raciais – Compreendendo a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Projeto de Leitura e Escrita;

Conhecendo a nossa história - .Biblioteca José de Alencar .

h) Conselho de Classe;

Cumprimento das normas estabelecidas pela SEEDF.

i) Educação Inclusiva;

Promover palestra com os profissionais da educação para estudo e abordagem de temas relacionados à Educação Inclusiva.

Realizar momentos de estudo juntamente com a família, equipe da escola e profissionais especializados para envolvimento de todos no processo ensino-aprendizagem.

Momentos de estudo para a discussão das ações em conjunto para melhorar envolvimento com os alunos inclusos.

4- Recursos:

4.1- Recursos Financeiros:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe alguns avanços na área de financiamento da educação. Ainda que não atenda completamente as reivindicações da área, pode notar avanços significativos quanto a democracia e autonomia das entidades educacionais.

> Os sistemas de ensino assegurarão às unidades públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (Lei 9.394/96, art. 15).

Atualmente o CEF 08 do Gama, recebe recursos financeiros do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola) que consistem na transferência de recursos financeiros públicos da União às Escolas Públicas do Distrito Federal, para utilização com despesas de material de consumo e patrimônio da escola. O PDAF (Programa de

Descentralização Administrativa e Financeira), que está intrinsecamente relacionado com a Gestão Compartilhada, o modelo de gerenciamento das escolas públicas do Distrito Federal. Assegura parcialmente os meios financeiros para que os gestores possam realizar com agilidade e em conformidade com as demandas e necessidades locais, ações e atividades voltadas para a melhoria das condições de funcionamento das escolas.

Tendo em vista a constante crise financeira e administrativa instalada desde 2009 no Governo do Distrito Federal, os recursos que realmente são apontados para as escolas, são absolutamente insuficientes, o que vem gerando uma grande queda no padrão do ensino público no Distrito Federal.

4.2- **Recursos Humanos**

- Diretor
- Vice-diretor
- Supervisor Administrativo
- Chefe de Secretária
- Orientadora Educacional
- Professores e funcionários

4.3- **Recursos materiais**

- Aparelho de TV à cores: **03**
- Microcomputadores: **22**
- Aparelho de DVD: **04**

- Máquina copiadora: **01**
- Aparelho de som: **04**
- Xadrez gigante: **01**
- Microfone: **02**
- Data Show: **07**

5- Cronograma:

O cronograma que compõe o Plano de Ação é utilizado a fim de organizar início e fim de cada ação e sua efetividade durante o ano letivo no período de fevereiro até dezembro.

6- Envolvidos:

São os segmentos da comunidade escolar (direção, professores, funcionários, alunos, pais, comunidade em geral) envolvidos direta ou indiretamente nas ações, conforme a área de atuação.

7- Metas:

- Elevar o desempenho acadêmico dos alunos;
- Fortalecer a participação dos pais na escola;
- Dinamizar a gestão escolar.

8- Resultados esperados:

Os resultados estão relacionados ao sucesso das atividades propostas com relação aos objetivos e metas previstas.

9- Responsáveis pelas ações:

São responsáveis pelo desenvolvimento das ações: direção, funcionários, pais, professores e alunos (corpo docente e discente).

Referências:

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.° 9.395/96. Brasília: 1996.

INEP-MEC. Indicadores da Qualidade na Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

BRASÍLIA – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SUBEB – Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem institucional em larga escala. Brasília – DF, 2014.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

Plano de Ação

Orientação Educacional

Nível local – 2018

CRE: GAMA

Unidade Escolar: CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL DO GAMA

Orientador (a) Educacional: MARIA DO SOCORRO DA ROCHA

CRE: GAMA	Coordenador Intermediário: Leila Carioca
	U.E
Orientador (a) Educacional: Maria do Socorro da Rocha Matricula: 34176-2 E-mail: socorro.rocha12@hotmail.com	

1. Construção do Plano de Ação

Este documento foi construído pelo grupo de Pedagogos Orientadores Educacionais que atuam com estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Finais no Gama no sentido de unificar as estratégias de atuação destes profissionais.

2. Contextualização – breve diagnóstico da realidade escolar

A escola atende nos turno matutino alunos do 8º e 9º anos, e no turno vespertino alunos do 6º e 7º anos, com faixa etária entre nove dezesseis anos. Os alunos do 6º ano são oriundos da Escola Classe 07, 09 e 17, que são tributárias do Centro de Ensino Fundamental 8. A grande maioria dos alunos moram nas proximidades da escola. Atualmente

a escola atende um quantitativo 860 alunos. Por sua localização próxima à rodoviária do Gama, a escola é atrativa para alunos provenientes do entorno do Distrito Federal.

A escola atende aos alunos portadores de deficiência auditiva do 6º ao 9º ano, atendidos em sala de aula por professores interpretes, contando ainda com sala recursos. Por ser uma escola inclusiva os alunos portadores das mais diversas deficiências e ou síndromes, dentro das possibilidades da escola, para tanto os alunos contam quando necessário, de cuidadores e sala de recursos generalista.

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

PLANO DE AÇÃO 2018 – NÍVEL LOCAL

METAS DO PDE	ESTRATÉGIAS
Meta 2	2.3. Adotar, após amplo debate com a comunidade escolar, até o terceiro ano de vigência deste Plano, modelo de organização escolar em ciclo, em substituição ao regime seriado, de modo a enfrentar os índices de reprovação e os percursos diferenciados de escolarização. 2.8. Implantar estratégias de acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais sejam elas transitórias ou não, estabelecendo o número de estudantes por sala, de acordo com o estabelecido pela Resolução número 2, CNE/CEB de 2001, garantido profissional qualificado. 2.12. Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos estudantes do Ensino Fundamental, atentando para as especificidades do(a) estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento. 2.17. Promover e fortalecer, em articulação com os demais órgãos da rede de proteção social, políticas de promoção da saúde integral das crianças e adolescentes matriculados no Ensino Fundamental, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento e as especificidades de cada sujeito.

	2.20. Garantir que as unidades escolares de Ensino Fundamental, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, detecção e encaminhamento das violações de direitos das crianças e adolescentes (violências psicológica, física e ou sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas, discriminação racial, orientação sexual e identidade de gênero entre outras), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes. 2.21. Garantir por meio de diretrizes intersetoriais a inclusão educacional e acompanhamento escolar das crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua, de acolhimento institucional e em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. 2.30. Ampliar as ações do Plano de Convivência em todas as unidades escolares do Distrito Federal, com vistas a minimizar situações de violência escolar. 2.35. Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da Educação Básica e fases do Ensino Fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação, a organização escolar em Ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação. 2.46. Assegurar que a Educação das Relações Étnico-Raciais, a Educação de Gênero e Sexualidade e a Educação Patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o artigo 26 A da LDB (Leis 10.639/03 e 11.645/08), parecer 03/2004 CNE/CP – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução 01/2012 CLDF e o Plano Nacional de Cidadania e direitos humanos LGBT.

	2.47. Implementar políticas de prevenção à evasão, motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
Meta 4	4.3. Promover a articulação pedagógica em rede, envolvendo o atendimento no ensino regular na modalidade da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 4.17. Acompanhar e monitorar em rede o acesso à escola, a permanência e o desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que são beneficiários de programas de transferência de renda e/ou em situação de vulnerabilidade social. 4.18. Apoiar ações de enfrentamento à discriminação, ao preconceito e à violência, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

EIXO		ATIVIDADES	CROMOGRAMA										
			Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
01	Ações para implantação do Serviço de Orientação Educacional 2.08, 2.12	Organizar o espaço do S.O.E. para atender estudantes, professores, pais e demais funcionários, como espaço de acolhimento e escuta cuidadosa e sigilosa;	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Organização de fichas e arquivo de estudantes atendidos.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Apresentar a proposta de atendimento do SOE.	X	X									
02	Ações no âmbito institucional 2.08, 2.35, 2.46, 2.47, 4.03	Construir o Plano de Ação Anual, buscando atender as sugestões e expectativas da comunidade escolar.	X	X	X	X							
		Criar estratégias que auxiliem no bom andamento do processo pedagógico.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Intermediar vínculos com outras instituições que nos auxiliem com palestras, serviços e outros.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
03	Ações junto ao corpo docente 2.20, 2.31, 2.46, 4.18	Auxiliar o trabalho do professor, buscando traçar estratégias para auxilia-lo no pleno desenvolvimento do aluno.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Receber os encaminhamentos feitos pelos docentes, direção e outros.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Participar do estudo de caso dos estudantes.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Colaborar no encaminhamento de aluno(s) que apresente(m) dificuldades de aprendizagem, vulnerabilidade social e comportamentos indevidos, para acompanhamento especializado adequado no âmbito educacional e/ou da saúde, quando necessário.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Devolutiva aos docentes sobre os estudantes encaminhados e quais medidas foram tomadas entre outros.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

04	Ações junto ao corpo discente 2.20, 2.21, 2.31, 2.35, 2.46, 4.07, 4.18	Articular palestras informativas disponibilizando assim, o conhecimento e reflexão sobre temas diversos.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Promover atendimentos diários, individual e/ou coletivo, encaminhados por professores, direção, pais, estudantes e outros.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Realizar debates e oficinas com os estudantes sobre temas relevantes a turma.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Encaminhar estudantes ou orientar os pais e/ou responsáveis sobre alguma necessidade especifica que esteja prejudicando o desenvolvimento pleno do aluno. Realizar mediação de conflitos.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
05	Ações junto à família 2.46, 4.17, 4.18	Despertar a atenção dos pais para o processo de ensino-aprendizagem dos nossos estudantes;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Minimizar a falta de diálogo (comunicação) entre pais, estudantes, professores e escola;		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Orientar aos pais ou responsáveis sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e possíveis atendimentos e recursos disponíveis aos estudantes.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
06	Ações junto à rede social 2.17, 2.18, 2.21, 4.17, 4.18	Buscar parcerias com as diversas instituições que possam auxiliar no desenvolvimento do educando. Auxiliar, integrar e complementar ações junto à sala de recursos, Sala de apoio e atendimento especializado e equipe pedagógica. Realizar encaminhamentos em situações de risco, vulnerabilidade social ou violação de direitos aos órgãos devidos.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

Projeto "Bem estar e consciência"

PARTE DIVERSIFICADA

PROJETOS INTERDISCIPLINARES

(PROJETOS ESPECIAIS)

Projeto "Bem estar e consciência"

Professores responsáveis: Agni Lucas F. B. Lobo

Componente Curricular: Educação Física

Séries/Turmas que serão atendidas: 6º, 7º, 8º e 9º Anos

Nº de alunos atendidos:

Período de realização do projeto: Ano Letivo 2018

Tema: "Bem Estar Social e Preservação do Patrimônio Público"

01. JUSTIFICATIVA

A ideia de um ambiente agradável dentro da escola em que o aluno e professores se sintam bem e satisfeita influencia positivamente o aprendizado dos alunos dentro da escola é bastante difundida no âmbito educacional.

Segundo pesquisa do último Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o grau de satisfação com o ambiente escolar pode influenciar diretamente no rendimento dos alunos. Outra pesquisa produzida pela Fundação Lemann em parceria com o Itaú BBA, identificou que o cuidado com questões como segurança, organização e limpeza também estão relacionadas ao avanço no aprendizado.

Nesse contexto e tendo essas informações como referência, o Centro de Ensino Fundamental 08 do Gama apresenta problemática que influencia negativamente o bem estar dos alunos dentro da escola, a depredação do patrimônio público.

Essa problemática vem sendo problema constante em diversos segmentos da sociedade nos últimos anos. Mesmo sendo crime, o ato de destruir, inutilizar ou deteriorar coisa pertencente a um dos entes da federação (município, estado ou federação) vem sendo denunciado constantemente.

Dentro do Centro de Ensino Fundamental 08 do Gama grande parte dos alunos apresenta pouca consciência sobre a importância do bom uso do patrimônio público e quais as consequências para toda a comunidade quando esse patrimônio é danificado. É possível observar pichações em paredes e carteiras, muito lixo no chão nas salas e áreas comuns da escola, mesas e cadeiras expostas a sol e chuva, má utilização dos materiais esportivos.

A escola, entendendo que tem a missão de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo e o habilitar ao exercício pleno da cidadania (entende-se cidadania nesse documento como o a posse de direitos sociais, civis e políticos) assume a responsabilidade de promover projeto educativo que desenvolva a consciência do aluno a partir do uso consciente dos espaços da escola e fazendo com que o aluno entenda que aquele espaço é da comunidade e que ele se sinta responsável pelo ambiente escolar.

02. OBJETIVO GERAL

- _Desenvolver a consciência do aluno a partir do uso consciente dos espaços da escola;
- _Fazer com que o aluno entenda que aquele espaço é da comunidade e que ele se sinta responsável pelo ambiente escolar.

03. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Manter a escola limpa e organizada;
- Preservar o patrimônio da escola ao longo do ano letivo;
- Proporcionar intervalo com opções de lazer na qual os alunos usem os materiais esportivos e lúdicos de forma consciente.

04. O PROJETO E A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

4.1. Metodologia

A metodologia utilizada no projeto é integrativa e visa envolver a escola como um todo para alcançar o objetivo comum de estarmos em um ambiente público preservado, limpo e agradável.

4.2. Atividades

O projeto adotará 2 eixos principais que funcionarão principalmente durante os intervalos das aulas.

1º Eixo – Fiscalização

Durante 1 semana cada turma será responsável pela fiscalização da limpeza, conservação do patrimônio da escola e controle dos materiais esportivos e lúdicos ao longo dos intervalos;

A turma junto com seu conselheiro se dividirão em grupos e determinaram os locais de fiscalização de cada um deles;

Para cada grupo será fornecido papel e caneta para que os alunos façam a ocorrência dos casos de depredação, sujeira, mau uso dos espaços e materiais fornecidos;

Serão consideradas ocorrências: **jogar lixo no chão; destruir, inutilizar ou deteriorar qualquer patrimônio da escola como quebrar cadeiras**

ou carteiras, pichar paredes ou qualquer patrimônio da escola; deixar cadeiras ou carteiras a céu aberto; não devolver pratos, copos e talheres para a cozinha da escola; não usar de forma moderada materiais esportivos e/ou jogos; brigas, xingamentos e provocações que tenham conotação com bulling;

As ocorrências serão feitas identificando os responsáveis pela infração sempre que possível, além do local e horário. A direção e coordenação terão essas informações à disposição para tomar as providências;

A ocorrência ficará registrada no caderno da turma e a partir da 3ª anotação, a turma inteira terá que repetir a fiscalização na semana seguinte. Além disso, o responsável pela infração terá que reparar o dano ao patrimônio;

Um dos grupos deverá ficar responsável por pegar os materiais de lazer com os professores de Educação Física, distribuí-los aos alunos, fiscalizar seu uso, recolhe-los e entregá-los novamente ao professor. Portanto não poderão participar das brincadeiras e jogos;

A ocorrência não anotada terá responsabilidade de reparo por parte da turma que está fiscalizando.

2º eixo - lazer nos espaços da escola

Os alunos terão direito de usufruir da quadra e áreas comuns da escola e acesso a materiais esportivos e jogos lúdicos;

A quadra terá uma escala de uso, intercalando meninos e meninas em dias diferentes;

Os alunos deverão pegar os materiais com os monitores responsáveis da semana;

No momento da entrega ele deve se identificar e assinar seu nome e turma no caderno de empréstimo. Esse mesmo aluno deverá devolver o material;

A perda de materiais será analisada caso a caso tendo como informação a ocorrência e os nomes do responsável pela entrega do material.

4.3. Recursos pedagógicos necessários para a execução do projeto

- Ficha de controle para monitoria
- Caderneta de anotações
- Canetas
- Materiais esportivos, jogos de tabuleiro e lúdicos

05. BIBLIOGRAFIA

1. Currículo em Movimento: Pressupostos Teóricos

2. Currículo em Movimento: Cadernos Ensino Fundamental Anos Finais

3. Orientações pedagógicas – art. 26ª LDB.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

PROJETO INTERDISCIPLINAR II: MEIO AMBIENTE

"Escola Limpa"

PROJETO INTERDISCIPLINAR II: MEIO AMBIENTE

"Escola Limpa"

Professores: Gilson Brito/ Welber Barros

1. Apresentação

A questão ambiental é um tema recorrente há muito tempo em todas as dimensões sociais. E é dentro das salas de aula que está à solução, a "conscientização" das crianças e jovens que a todo instante são estimuladas em seus ciclos sociais a reproduzirem atos não sustentáveis. Portanto cabe a escola educar e impor hábitos sustentáveis aos estudantes, na esperança de uma futura sociedade consciente, critica e ativa nas questões que envolvem a preservação do meio ambiente.

2. Justificativa

O Projeto baseia-se na educação ambiental como meio transformador do ambiente em que os alunos vivem, em casa, escola, igreja etc. Tendo como foco a preservação do espaço escolar como um todo: a sala de aula, o pátio, os banheiros, uma vez que meio ambiente define-se de acordo com o meio (espaço) em que se esta inserido num determinado momento.

O trabalho será desenvolvido com debates e apresentações elaboradas pelos alunos e monitorada pelo professor regente, a fim de promover a critica intelectual e envolver o estudante como agente transformador de problemas sociais, como: Aquecimento global, desenvolvimento sustentável, fontes alternativas de energia, reciclagem e coleta

seletiva, uso consciente da água e etc. Além de estimular a limpeza do espaço escolar, como: não riscar mesas e paredes; não sujar a sala; manter o banheiro limpo; devolver para a cantina e quando necessário recolher pratos, talheres e copos que estiverem espalhados pela escola, entre outros atos condizentes com uma boa educação.

3. Objetivo Geral

- Conscientizar para a formação de cidadãos críticos e sustentáveis com questões ambientais.

4. Objetivo Específico

- Visitar áreas ambientais, como o parque nacional água mineral de Brasília, e jardim botânico de Brasília;
- Construir lixeiras criativas de material reciclável no espaço escolar;
- Implantar a coleta seletiva na escola;
- Trabalhar o combate aos focos do mosquito transmissor da dengue;
- Conscientizar sobre o mau uso da água.
- Inserir o dia temático da “consciência para uma escola limpa”;
- Confeccionar cartazes educativos e quadros motivacionais em sala de aula;
- Proporcionar palestras sobre a temática;

5. Problematização

O fato do trabalho nas questões de preservação do meio ambiente ser exaustivo e redundante, e por vezes parecer não surtir efeito numa sociedade onde se impera o poder capitalista acima de tudo, os discentes necessitam ouvir o que é correto, precisam ter boas referências de práticas sustentáveis. E todas essas ações ultrapassa a barreira ambiental e invade a formação pessoal na construção de um estudante de bom caráter, crítico, ativo e transformador da sociedade que íntegra. Satisfazendo as questões que envolve um tema transversal tão importante como o meio ambiente presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s).

PROJETO INTERDISCIPLINAR III - XADREZ

O JOGO DE XADREZ NO ENSINO FORMAL

PROFESSOR: **WELTON CARVALHO**

1. INTRODUÇÃO

Há aproximadamente mil e quinhentos anos, na Índia, surgiu o Chaturanga, que se transformou no atual jogo de xadrez.

Por intermédio de muitas guerras e na busca por novas rotas comerciais, o xadrez foi introduzido nos países ocidentais, e na Idade Média passou por algumas metamorfoses que o conduziram à forma atual.

A característica principal do xadrez praticado na Idade Média era a profunda elitização que sofria, sendo chamado "jogo dos reis e rei dos jogos".

Foi no último período da Idade Média, que o xadrez recebe sua denominação atual. O processo de difusão do jogo ocorre entre os séculos VI e IX quando chega a Europa com a invasão dos mouros pela península ibérica, Itália e Grécia. Na Espanha o jogo teve grande desenvolvimento e contou com apoio oficial.

Este projeto procura apresentar os valores educacionais do xadrez em seus aspectos cognitivos e comportamental. Busca, ainda, apontar como esses valores podem ser canalizados em prol do desenvolvimento psicológico, do desenvolvimento psicofísico e, de maneira mais abrangente, como ferramenta para potencializar e auxiliar na melhora do processo educativo.

2. OBJETIVO GERAL

Oferecer conhecimento e experiência a instituição e em cooperação com outras disciplinas, conseguir tais êxitos em grupo como um todo no auxilio didático-pedagógico e vislumbrar uma imagem positiva seja isso tanto no campo cognitivo e ético, quanto na

formação em caráter geral do aluno. Desenvolver as habilidades quanto a elementos de combinação, estratégias e temas táticos.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propiciar espaço para a prática do jogo do xadrez;
- Oferecer mais uma modalidade esportiva para os alunos;
- Promover iniciativas de integração entre o xadrez e as disciplinas tradicionais do currículo escolar.

4. METODOLOGIA

Os trabalhos serão realizados em grupo, tais como atividade lúdica de construção de pensamento, entre outros o XADREZ.

Cidadania, Matemática, Geometria, História, Geografia, Religião, Português, Conteúdos Enxadrísticos: história do jogo, movimento de peças, anotação do jogo, ética do xadrez, movimentos especiais, finais elementares e princípios de abertura, capacidades individuais e coletivas: raciocínio, responsabilidade, objetividade, criatividade, respeito, liderança, memória, orientação espacial e coordenação motora.

5. CARACTERÍSTICAS

- Aulas em horário normais de aula
- Atende alunos de 12 a 16 anos.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

PROJETO CONVERSANDO SOBRE "*BULLYING*"

PROJETO CONVERSANDO SOBRE "*BULLYING*"

Tema: "*Bullying*"

Disciplina: Todas

Anos Atendidos: de 6º ao 9º Ano.

Orientadora Responsável: Maria do Socorro da Rocha.

1. APRESENTAÇÃO

Este Projeto visa apresentar aos alunos de 6º ao 9º Ano, o que é o "*Bullying*" e suas principais características, que são:

- Maus tratos entre estudantes, verbal, humilhação, ameaças e exclusão;
- Existem os agressores, as vítimas e as testemunhas;
- Problemas com autoestima, o rendimento escolar e o relacionamento.
- Ansiedade e medo;
- A pessoa que agride, provavelmente já foi agredida por seus colegas ou por sua família;
- Existe também o *"cyberbullynig"* (ameaças de difamação na internet).

Percebemos que essa realidade está presente em nossos alunos, e que nos causa grande preocupação, portanto, escolhemos este Projeto como meio de ensinar aos estudantes estratégias *"antibullying"*, visando uma melhor convivência e harmonia entre eles.

2. JUSTIFICATIVA

> **"**A intolerância, a ausência de parâmetros que orientem a convivência pacífica e a falta de habilidade para resolver conflitos são algumas das principais dificuldades detectadas no ambiente escolar. Atualmente a matéria mais difícil da escola não é a matemática ou biologia; a convivência para muitos estudantes de todos os anos, talvez seja a matéria mais difícil de ser aprendida."
>
> Cléo Fante

O Centro de Ensino Fundamental 08, vem cumprir com um dos seus principais objetivos com a educação e formação dos seus estudantes, quando prioriza como tema, Conversando sobre "Bullying", queremos com esta abordagem encaminhar o trabalho com os nossos alunos, dentro de princípios de consciência moral e cidadania, para atuarem na sociedade como atores e não como espectadores. Escolhemos o "Bullying" para ser trabalhado na escola, como uma questão social, que vem abalando a sociedade, quando jovens se reúnem em lugares pré-determinados para agredir, ameaçar e coagir como forma de prazer.

3. OBJETIVOS

- Proporcionar o contato maior do estudante com o assunto, bem como incentivá-los a terem atitudes corretas e não violentas no trato com o outro;
- Oportunizar aos estudantes a participarem de atividades relativos ao tema, com o intuito de melhorar suas práticas de vivência individual e coletiva:

4. CRONOGRAMA, PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E ETAPAS DO PROJETO (DISCRIMINAÇÃO DE TAREFAS)

- **MAIO**

Apresentação do conceito *"Bullying"* através de pesquisa na internet e livros, logo após debate para levantamento de propostas e conclusões.

- **JUNHO**

Apresentação em todas as salas do filme "A corrente do bem" (os professores deverão assistir ao filme antes).

- **AGOSTO**

Criar concurso para escolher um novo slogan sobre "*Bullying"*.

- **SETEMBRO**

Montagem de mural para expor as pesquisas, descobertas, sensibilizando todos os estudantes e a comunidade escolar em relação ao tema estudado.

5. RECURSOS A SEREM UTILIZADOS

- Internet para pesquisas sobre o *"Bullying"* no Brasil, material para produção de um folheto sobre exemplos de *"Bullying"* no país, e de como termos atitudes "*anti-bullying*" em nossa escola. Filmes, documentários, palestras, etc.;
- Concurso para escolha do slogan do projeto;
- Trabalhar o Estatuto Contra "*Bullying*" criado pelos alunos;
- Apresentação de seminários sobre os temas: Racismo, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, entre outros;
- Sugerir que os estudantes criem uma história de alguém que tenha sofrido *bullying*.

6. CULMINÂNCIA

O encerramento do Projeto do *Bullying* ocorrerá com as apresentações dos trabalhos dos alunos, que acontecerá no mês de **novembro**, com apresentação de peças, cartazes e vídeos.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO

USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

Professora: Simone Ponte

PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

Professora: Simone Ponte

1. Apresentação

Este Projeto visa conscientizar professores e alunos sobre o uso sustentável da água.

Pretende mostrar as diversas formas de captação, reaproveitamento e preservação da água.

2. Justificativa

O Projeto deverá proporcionar aos envolvidos a criação de algumas alternativas sobre o uso sustentável da água, afim de que possam ampliar e divulgar os conhecimentos sobre o tema, mudando perspectivas e atitudes.

3. Objetivo Geral

- Contribuir para a formação de cidadãos.

4. Objetivo Específico

- Pesquisar sobre as diversas formas de captação, reutilização e preservação da água;
- Perceber o mau uso dos recursos hídricos, devido a falta de informação;
- Reconhecer a água como recurso imprescindível para sobrevivência humana;
- Adotar medidas de captação, reutilização e preservação da água;
- Conscientizar o mau uso da água.

5. Problematização

Tendo em vista as experiências de alunos e professores no ambiente familiar, a principal finalidade deste Projeto é contribuir, ainda mais, com a conscientização sobre o uso sustentável da água, formando cidadãos capazes de atuarem de forma positiva a escassez de água que acontece de forma global.

6. Etapas Previstas

1ª Etapa

Conversar com os alunos sobre a importância da água e seu uso sustentável.

2ª Etapa

Dividir a sala em três grupos, que ficarão responsáveis pela produção e apresentação dos trabalhos.

3ª Etapa

Grupo 1 – ficará responsável em desenvolver um trabalho sobre ideias de reutilização captação e preservação do uso da água. O trabalho pode ser apresentado de diversas formas: maquetes (miniatura), histórias em quadrinhos, jogos entre outros.

Observação: esta parte do trabalho deve ser feita de forma artesanal, com a utilização de materiais recicláveis.

4ª Etapa

Grupo 2 – ficará responsável pela divulgação e propaganda do trabalho feito pelo Grupo 1. O Grupo 2 poderá produzir um banner, cartaz, faixa com frases chamativas, figuras ilustrativas que destaquem o trabalho feito pelo Grupo 1.

5ª Etapa

Grupo 3 - desenvolverá um folder, folheto explicativo sobre o trabalho desenvolvido pelo Grupo 1.

Recursos didáticos: materiais recicláveis e pesquisa.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

COMPREENDENDO A HISTÓRIA E CULTURA

AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

COMPREENDENDO A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Elaboração do projeto:

Dilcione Carvalho Freire

Colaboradores:

Professora Maria Eunice

Professor Jhonatan

Coordenação Pedagógica:

Cristiane Alves de Lima

Dalci Gomes

Elmo Lúcio Alves Rocha

Simone Pontes Pereira

Gama/DF – 2018.

1. Introdução

1.1. Justificativa

Diante da necessidade da sociedade brasileira em compreender sua diversidade cultural, religiosa e comportamental, entre outros aspectos, de modo a combater toda forma de violência e ação discriminatória entre as pessoas, torna-se cada vez mais urgente fomentar uma prática educacional que prepare o aluno para um novo horizonte de aceitação em que se reconheçam os diferentes grupos humanos que formaram o nosso povo. A miscigenação entre pessoas de várias partes do mundo conferiu ao nosso povo características marcantes, não apenas do ponto de vista físico, mas também nas manifestações culturais, nas artes, na culinária e nos costumes que se manifestam cotidianamente nas diversas formas de relações sociais. Com frequência, tais diferenças se mostram como justificativas para atitudes violentas, sustentadas pela intolerância e praticadas e sofridas por pessoas de todas as faixas etárias e níveis sociais.

Com o propósito de fundamentar os conhecimentos a respeito das origens do povo brasileiro e da diversidade como elemento presente e característico dessa sociedade, foi sancionada em 2003, a lei número 10.639, que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Com essa lei as escolas ficam obrigadas a incluir no currículo, projetos relacionados a esse assunto e os professores passam a ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como parte constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as idéias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança, artes plásticas) e as religiões de matrizes africanas. Também foi instituído o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), em homenagem ao dia da morte do líder quilombola negro Zumbi dos Palmares. O dia da consciência negra é, portanto, um marco na luta contra o preconceito racial no Brasil.

"a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de "portadoras de necessidades especiais"). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade." (LIMA, 2006, p.17).

1.2. Aplicação da Lei 10.639/03 no contexto escolar

A lei entrou em vigor em nove de janeiro de 2003. De acordo com seu artigo 26, "*nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira".* Os conteúdos indispensáveis a serem abordados estão especificados nos parágrafos 1º e 2º desse artigo, e incluem "*a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade naciona"l,* visando resgatar *"a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil".* Já o parágrafo 79 determina que o dia 20 de novembro será incluído no calendário escolar como "Dia Nacional da Consciência Negra".

2. Aspectos gerais do projeto

Visando o total cumprimento à Lei 10.639/03, o Centro de Ensino Fundamental 08 do Gama destinou um de seus componentes curriculares, reconhecidos como Partes Diversificadas, aos estudos da História e cultura afro-brasileira, sendo desenvolvidos especialmente pelos professores de Geografia em parceria com os professores de História, Português e Artes. As atividades comemorativas do Dia da Consciência Negra são desenvolvidas em caráter multidisciplinar por todos os professores e envolvem toda a comunidade escolar, com apresentações de música, dança e teatro, exposições de artes plásticas e culinária e produção de textos.

Dez aulas por bimestre são destinadas exclusivamente ao desenvolvimento do projeto, nas quais o uso indevido do termo "**raça**" e os conceitos de ***preconceito*** e ***discriminação*****,** apoiados por ampla exemplificação de ações que os envolvem em nosso cotidiano, são o ponto de partida para ampliar as discussões em sala de aula, que devem ser sempre fundamentadas por referências bibliográficas confiáveis.

3. Metodologia

I. O professor que desenvolve o projeto fica responsável por realizar levantamento bibliográfico e de materiais necessários para o desenvolvimento das aulas.

II. Cada turma se reúne uma vez por semana na sala do professor de Geografia para aula expositiva, com apoio de textos e imagens, ou para realização de debates, apresentações, exibição de filmes, de acordo com o planejamento do professor para o tema.

III. Sugere-se que o professor esteja atualizado sobre notícias veiculadas pela mídia e pela internet de modo a trazer a discussão para a sala de aula sempre que possível de forma imparcial e responsável, respeitando as diferentes opiniões mas conduzindo a um resultado que promova tolerância e aceitação.

IV. O trabalho no decorrer do ano letivo estará orientado à **culminância que ocorrerá em 20 de novembro.**

V. s conteúdos abordados nos diferentes "anos" serão gerais (sem rigidez sequencial), ficando sua organização a critério do professor. Contudo, devem obedecer a lista de conteúdos essenciais descritas no **ítem 4** deste projeto e ser aplicados de acordo com os diferentes níveis de amadurecimento dos alunos em cada ano.

VI. A **avaliação de rendimento** do aluno pode ocorrer de duas formas:

a) A nota resultante de trabalhos, atividades e avaliações escritas será atribuída exclusivamente ao componente curricular designado como PD III.

b) A nota resultante será aplicada ao componente PD III, mas influenciará também na nota de outras disciplinas, para que haja maior valorização e empenho dos alunos nas tarefas desenvolvidas. Essa influência ocorre na medida em que algumas questões discutidas nas aulas de PD III estejam presentes na prova bimestral de Geografia ou de História, por exemplo.

VII. No decorrer do quarto bimestre as atividades para apresentação na culminância do projeto deverão ser desenvolvidos em acordo e parceria com os professores de outras disciplinas, em observância às limitações de horários e espaços disponíveis destinados aos ensaios e produções de materiais de apoio.

4. Conteúdos

Os conteúdos descritos abaixo são essenciais e serão comuns a todos os anos, porém sua abordagem ocorrerá de acordo com os níveis de maturidade dos alunos de cada ano e sua organização ficará a critério do professor.

I. Conceitos de raça, preconceito e discriminação e exemplos reais.

II. Conceito de afro-descendente

III. O que é "ser negro"?

IV. História da África

V. Formação do povo brasileiro e miscigenação

VI. O sistema escravocrata no Brasil e no mundo.

VII. O tráfico negreiro - condições de captura, transporte, chegada e permanência dos africanos no Brasil.

VIII. Distribuição geográfica da população africana no território brasileiro e principais atividades desenvolvidas.

IX. O contexto da "libertação" e a marginalização dos ex-escravizados.

X. Políticas afirmativas - Cotas "raciais".

XI. Contribuições culturais dos povos africanos ao Brasil

XII. Personalidades negras nas artes e literatura

XIII. Personalidade negras na política

5. Conclusão

O projeto é uma diretriz de trabalho para a abordagem das diferenças étnico-raciais existentes na sociedade brasileira, visando combater, por meio do conhecimento, ações discriminatórias que levem a violência entre as pessoas. As relações sociais desenvolvidas na escola muitas vezes refletem as relações na sociedade e, portanto, cabe a escola desenvolver ações que estimulem a convivência pacífica e o respeito às diferenças e especificidades de cada um e de cada grupo. O conhecimento sobre a formação do povo brasileiro e a importante participação dos povos africanos nesse processo, bem como suas contribuições para os aspectos culturais, devem fazer parte do currículo escolar, como foi estabelecido pela lei 10.639/03. A diversidade étnico-racial deve ser por toda a comunidade escolar, incluindo alunos, servidores, gestores educacionais, cujo trabalho é determinante para que o sucesso escolar ocorra, e pela família. A escola deve ser um espaço livre de preconceitos, de racismo, de discriminação e de estereótipos, atitudes essas que contribuem de forma decisiva para o desencadeamento de ações de hostilidade, violência, evasão e repetência no contexto escolar.

6. Bibliografia

SANTOS, Renato Ferreira e MARQUES, Ana José. **Diversidade étnico-racial: conceitos e reflexões na escola.** Disponível em:

http://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm

Lei 10.639/ 03 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **O CONTEÚDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EXISTENTE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO BRASIL**. Congresso Internacional de História.UFG . Disponível em:

http://www.congresso2016.congressohistoriajatai.org/resources/anais/6/1477880238_ARQUIVO_Anaistextocompleto2doc.pdf

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 46-49, abril/jun., 2007.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a lei 10639. Revista África e Africanidades, São Paulo, ano 3, n. 11, nov. 2010b. Disponível em: . [Consulta realizada em 01/08/2016].

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

PROJETO DE LEITURA E ESCRITA

PROJETO DE LEITURA E ESCRITA

Elaboração do projeto:

Meirislane Lino da Silva

Milaine Ferreira da Silva Cabral

Coordenação Pedagógica:

Cristiane Alves de Lima

Dalci Gomes

Elmo Lúcio Alves Rocha

Simone Pontes Pereira

1. APRESENTAÇÃO

Quando se fala em leitura, especialmente na sociedade brasileira, logo se percebe o grande índice de resistência, principalmente pelos educandos no âmbito escolar, por ser uma tarefa que exige dedicação, esforço, vontade e acima de tudo persistência na busca do conhecimento. Ressalta-se que ler não se restringe a decodificação de letras ou palavras, mas a apreensão de seus significados, ou seja, é preciso se apreender a mensagem transmitida pelo conjunto de palavras que formam frases e textos.

É importante lembrar que saber para que serve a leitura e a escrita não é saber ler e escrever. Por isso, o desenvolvimento de atividades de produção / interpretação de texto podem ajudar o aluno a compreender os usos sociais da leitura e da escrita.

Além disso, deve-se considerar o fato que jovens e adultos das camadas populares normalmente não têm livros em casa e, então, não possuem o hábito da leitura. Este tipo de atividade funciona também como um incentivo à sua incorporação em sua vida.

A escola deve despertar o aluno para a atividade de leitura, percebendo a sua importância no processo de desenvolvimento do discente. Esta torna o aluno apto a conquistar o mundo e se realizar enquanto indivíduo. Este tipo de conquista é a motivação necessária para que o aluno valorize o seu desenvolvimento e o processo de alfabetização em si, pois é justamente ele que o irá auxiliar no desvendamento do seu mundo.

2. JUSTIFICATIVA

A leitura só desperta o interesse quando interage com o leitor, quando faz sentido e traz conceitos que se articulam com as informações que já possui. Com a leitura, há possibilidades dos alunos se afastarem dos atos violentos, levando-os a serem mais críticos e tendo uma visão mais ampla sobre a sociedade.

O objetivo deste estudo é despertar a sensibilidade e o prazer pela leitura, levando o educando a refletir sobre seus atos, possibilitando que eles participem de situações de comunicação oral e escrita, como contar e recontar histórias, podendo também escrevê-las, Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso do que se faz deles nas práticas de ler é, também, um modo de produzir sentidos. Assim, este Projeto tem a finalidade de despertar, nos educandos, o gosto pela leitura, interpretação de textos e pela escrita convencional. Cabe ao professor, então, realizar-se no universo de cada um deles, respeitando seus interesses, despertando a criatividade, dando-lhes a mesma oportunidade de tentar novas experiências que resultem em aprendizado, através da fala ou da escrita para assim, poder integrar-se no contexto social em que vivem.

Percebemos que a realidade atual vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler. Aspectos como computadores, videogames, TV, o acesso restrito a leitura no núcleo familiar, e a falta de incentivo, têm ocasionado pouco interesse para leitura e, por consequência, dificuldades marcantes que sentimos na escola: vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, erros ortográficos, poucas produções significativas dos alunos, conhecimentos restritos aos conteúdos escolares. Faz-se então necessário que a escola busque resgatar o valor da leitura como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. A leitura nunca se fez tão necessária nos bancos escolares.

Assim estimulando a leitura, faremos com que nossos alunos, compreendam melhor o que estão aprendendo na escola, e o que acontece no mundo em geral, entregando a eles um horizonte totalmente novo.

Além disso, a leitura e a escrita são valores relevantes para o homem tornar-se cidadão consciente do poder que tem. Sem esses valores indispensáveis nos tornamos pessoas incapazes de exercer plenamente nossa cidadania. O projeto vem com a intenção de oportunizar aos nossos educandos condições autênticas de interação ao mundo letrado, para que venham a descobrir que a leitura traz prazer e emoção àquele que lê, enquanto que a escrita é mais que pegar na caneta e desenhar traços, é colocar muito de quem somos e pensamos em forma de grafia.

3. OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades e competências relacionadas à leitura, interpretação e produção de texto, estimulando no educando o gosto pela leitura e escrita, ampliando o conhecimento linguístico e cultural dos mesmos, contribuindo na formação de princípios e valores para a construção da cidadania.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver estratégias e procedimentos de leitura eficientes para ensinar os alunos;
- Propor situações didáticas que garantam, de maneira contínua, a abordagem de gêneros diversos selecionados em função de temas de estudo e com grau de dificuldade crescente;

- Fazer parte de situações sociais de leitura, como as discussões sobre obras lidas e a indicação das apreciadas;
- Buscar informações, selecionar estratégias de leitura conforme os propósitos específicos;
- Oportunizar aos estudantes o acervo de inúmeras obras literárias de variados autores, buscando sempre, ampliar seus conhecimentos e suas capacidades criativas;
- Incentivar o estudante a compreender e utilizar melhor as regras ortográficas da Língua Portuguesa;
- Identificar as características dos gêneros estudados;
- Ler individualmente e em grupo, conhecendo os clássicos e identificar recursos linguísticos, procedimentos e estratégias discursivas para relacioná-las com seu gênero;
- Reconhecer a leitura como uma fonte essencial para produzir textos;
- Produzir e revisar textos em diferentes gêneros;
- Promover momentos de socialização, para que o educando expresse seus sentimentos, vivências, ideias e necessidades individuais;
- Proporcionar aos educandos leituras literárias e oficinas de produção textual para o desenvolvimento da oralidade e da escrita;
- Desenvolver o senso crítico a partir dos livros lidos e relidos.

5. METODOLOGIA

Selecionando conteúdos e escolhendo metodologias coerentes é possível envolver o aluno e desenvolver as competências e habilidades que lhe permitem as atividades.

Exploração dos acervos literários para o empréstimo de livros – Biblioteca.

6. CRONOGRAMA

O Projeto de Leitura se desenvolverá durante todo o ano letivo, sendo uma aula por semana.

7. REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 41ª ed, São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula: prática da leitura de textos na escola. 2 ª ed, Cascavel: Assoeste, 1984. KLEIMAN, C. Oficina de Leitura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KLEIMAN, Ângela B. & MORAIS, Silvia E. Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas, SP: Mercado das Letras,1999.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08 DO GAMA

CONHECENDO A NOSSA HISTÓRIA...

... BIBLIOTECA JOSÉ DE ALENCAR

CONHECENDO A NOSSA HISTÓRIA...

... BIBLIOTECA JOSÉ DE ALENCAR

MAIRA MIRTES COSTA CHAVES

MARCELO BRITO

MARILI MARIA CELSO

NILZA PEREIRA

GAMA – DF

1. INTRODUÇÃO

O projeto *Conhecendo a nossa história... Biblioteca José de Alencar,* nasceu da necessidade de que os alunos pusessem ampliar os seus conhecimentos a respeito do nome dado a Biblioteca desta unidade publica de ensino.

2. OBJETIVO ESPECIFICO

Apresentar, levando ao conhecimento de todo corpo discente a biografia, obras e demais características de José de Alencar, como também envolvendo-os através das diversas atividades que serão desenvolvidas (poemas, contos...) referente ao tema apresentada.

3. OBJETIVO GERAIS

- ✓ Realizar um café da manhã temático na biblioteca apesentando vida e obra de José de Alencar.
- ✓ Confeccionar cartazes e murais sobre José de Alencar.
- ✓ Declamar poemas de José de Alencar.

4. PROCEDIMENTOS

Realização de um café da manhã para apresentação do espaço da biblioteca, com explanação da história de vida e obra de José de Alencar, para que os alunos tomem conhecimento do nome intitulado a biblioteca.

5. ROTEIRO

- ✓ Após a marcação de data e hora previstas anteriormente, os professores de Língua Portuguesa acompanharão as suas turmas para uma visita à biblioteca.

- ✓ Na biblioteca serão presentadas frases, poesias e contos de José de Alencar como também a sua biografia.

- ✓ Falar com os professores sobre o objetivo para que levem ao conhecimento do aluno a biografia de José de Alencar como também os incentivando a participarem do café da manhã com apresentações.

- ✓ Confecções de cartazes e murais sobre a vida e obra de José de Alencar.

6. CRONOGRAMA

O projeto *Conhecendo a nossa história... Biblioteca José de Alencar,* será realizado no período de um bimestre.

7. RECURSOS

- Material de papelaria para a confecção dos cartazes, convites e enfeites do evento.

- Alimentos para o café da manhã.

8. AVALIAÇÃO

Confecção de um mural na biblioteca para que os alunos deixem através de bilhetes a sua opinião sobre o café da manhã realizado.

9. CONCLUSÃO

Ao final do desenvolvimento de te projeto espera-se que o aluno tome conhecimento da vida e obra de José de Alencar, nome este dado a biblioteca desta Unidade Pública de ensino.

14. REFERÊNCIAS

BRASIL. (1996). *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional*: n. 9.394/96. Brasília, MEC.

BRASÍLIA – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SUBEB – Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem institucional em larga escala. Brasília – DF, 2014.

VEIGA, Ilma Passos A. *Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola*. In: VEIGA Ilma Passos a. e FONSECA, Marília. As dimensões do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1996.

VILLAS BOAS, B.M.F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. 2010. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE – Brasília – DF, julho de 2012.

_____. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

_____. Projeto de Intervenção na escola: Mantendo as aprendizagens em dia. Campinas: SP, Papirus, 2010.